CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO ORDINÁRIA Nº 82, DE 30 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre o resultado de habilitação dos projetos processados e julgados pela Comissão de Seleção, em atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 01/2020 do CDCA/DF.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 16 de dezembro de 2013, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Referendar e tornar público o resultado provisório de habilitação dos projetos, constantes do anexo único, processados e julgados pela Comissão de Seleção, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 01/2020, publicado no DODF nº 171, de 09 de setembro de 2020.

§ 1º O prazo para interpor recurso ao resultado provisório é de 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Resolução, conforme item 11.4 do Edital de Chamada Pública nº 01/2020.

§ 2º Não havendo interposição tempestiva de recurso, este resultado provisório ficará automaticamente em definitivo, conforme item 11.4.1 do referido Edital.

Art. 2º Esta Resolução Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

ANEXO ÚNICO – Resultado provisório de habilitação

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	PROJETO	SITUAÇÃO
00400-00053256/2020-96	Centro Social Comunitário Tia Angelina	Observarjão – Observatório do Varjão	HABILITADO
00400-00053035/2020-18	Projeto Integral de Vida – Pró-Vida	Fortalecimento para a Vida – Pró-Vida	HABILITADO
00400-00053044/2020-17	Obras Sociais Grupo Espírita Fraternidade Irmã Celina	Lapidar: Inovação e Sustentabilidade	HABILITADO
00400-00053059/2020-77	Organização Nova Aerópole Lago Norte	Bem-estar das Crianças	HABILITADO
00400-00053079/2020-48	Instituto Doando Vida por Rafa e Clara – IDV	Cantinhos Encantados	HABILITADO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 02 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a Identificação Funcional dos conselheiros de direito do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário e deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, criado por força da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), e pela Lei Distrital nº 234/1992, regido pela Lei Distrital nº 5294/2014, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF), por deliberação ad referendum da Diretoria Executiva do CDCA/DF em 30 de julho de 2021, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Identificação Funcional, com a finalidade de identificar os conselheiros de direito do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que será emitida e utilizada nos termos estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, é adotado o modelo constante do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º A Identificação Funcional terá validade por prazo determinado e constitui documento oficial de identificação.

Art. 3º Cabe à Secretaria Executiva do CDCA/DF solicitar a confecção da Identificação Funcional mediante requerimento do conselheiro.

Parágrafo único. A emissão da Identificação Funcional fica condicionada à apresentação de foto colorida, recente, sem data, sem marca, com fundo branco, sem moldura, de frente, sem adorno, com contraste.

Art. 4º O conselheiro é responsável pelo uso correto da Identificação Funcional que lhe for fornecida, devendo zelar pela sua guarda e conservação, evitando extravios ou danos, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

§ 1º A Identificação Funcional será de uso obrigatório, em local visível, acima da linha da cintura do vestuário.

§ 2º A Identificação Funcional é personalíssima, sendo vedado o seu uso por terceiros.

Art. 5º É vedada a confecção de mais de uma Identificação Funcional por conselheiro, exceto se segunda via, a qual será requerida e substituída nas seguintes hipóteses:

- I - Extravio;
- II - Alteração de dados pessoais;
- III - Dano ou desgaste;
- IV - Roubo ou furto.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e IV deste artigo, deverá ser efetuado registro de ocorrência policial, a ser apresentada à Secretaria Executiva do CDCA/DF, para fins de expedição de novo documento.

§ 2º A entrega do novo documento ao conselheiro ficará condicionada à devolução do anterior, nos casos dos incisos II e III.

§ 3º Ocorrendo recuperação de Identificação Funcional extraviada, furtada ou roubada, esta deverá ser entregue à Secretaria Executiva do CDCA/DF, para ciência e posterior inutilização.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

ANEXO ÚNICO – Modelo de Identificação Funcional

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

DECISÃO Nº 20, DE 30 DE JULHO DE 2021

Processo: 00070-00001162/2020-66. Interessado: Granja Coração de Leão LTDA-ME. Assunto: Auto de Infração. Recurso Administrativo.

EMENTA: Manutenção de multa – Auto de Infração nº 1210 – Em razão do infrator incorrer na infração prevista no inciso XIX, do artigo 267 do Regulamento de Inspeção, aprovado pelo Decreto nº 38.981/2018, e/e os itens 3.1, 3.3, 5.2.1.5, 5.2.1.6, 5.2.1.7 e 08 da Instrução Normativa nº 03 – MAPA de 17/01/2000.

Considerando a Nota Jurídica nº 248/2021, da douta Assessoria Jurídico-Legislativa desta Pasta e considerando parecer técnico da Subsecretaria de Defesa Agropecuária, cujos argumentos estão sob o amparo da Lei nº 5.800/2017 e do Decreto nº 38.981/20218, ACOELHO as razões apresentadas pelas áreas técnicas, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir para RECEBER o recurso interposto pelo interessado, por meio do processo 00070-00000164/2021-1 e 00070-00001162/2020-669, tendo em vista sua tempestividade.

Quanto ao mérito, NEGO LHE PROVIMENTO, uma vez que as alegações do autuado não são suficientes para desconstituir a aplicação da penalidade prevista no art. 247, inciso II, do Decreto nº 38.981/2018.

Publique-se. Encaminhe-se à SDA/SEAGRI-DF para que notifique o interessado quanto a presente decisão.

CANDIDO TELES DE ARAÚJO
Secretário de Estado

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL CONSELHO ADMINISTRATIVO E GESTOR CÂMARA TÉCNICA

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas, via sistema SEI, iniciou-se a Nona Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural – FDR, regido pela Lei nº 6.606, de 28 de maio de 2020. Convocados para a Reunião (id.:66254302), pelo Coordenador da Câmara Técnica José Luiz Guerra Neves, os Membros: Zilçen Roberto Vinhal EMATER/DF; Luciana Umbelino Tiemann Barreto EMATER/DF; Paulo Ricardo da Silva Borges EMATER/DF e Marcos Franco de Paiva Araújo CEASA/DF. O Coordenador decidiu que a Reunião seguirá na modalidade aberta, que a assinatura nesta Ata, do membro, servirá como comprovação de sua participação na Reunião e que